



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE **MANDAGUARI**

Secretaria Municipal de Assistência Social

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 05/2017

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA SELEÇÃO DE PROPOSTA DE ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL-OSC PARA PRESTAÇÃO DE **SERVIÇO COMPLEMENTAR**, NA ÁREA DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CORRESPONDENTE A EXECUÇÃO DE **SERVIÇO CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES – PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA**. POR MEIO DE PARCERIA VOLUNTÁRIA, EM REGIME DE MÚTUA COOPERAÇÃO E OBTENÇÃO DE RESULTADO COMUM, COM TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS FINANCEIROS, DURANTE O EXERCÍCIO DE 2018.

Considerando que segundo o IBGE 2010 o município de Mandaguari possui 1.510 (mil quinhentos e dez) crianças entre 01 (um) a 04 (quatro) anos de idade;

Considerando que segundo o IBGE 2010 o município de Mandaguari possui 2.623 (dois mil seiscentos e vinte e três) crianças e adolescentes entre 10 (dez) a 14 (quatorze) anos de idade;

Considerando que segundo o IBGE 2010 o município de Mandaguari possui 2.696 (dois mil seiscentos e noventa e seis) adolescentes e jovens entre 15 (quinze) a 19 (dezenove) anos de idade;

Considerando a base de dados do ano de 2017 a existência no município de 06 (seis) Centros Municipais de Educação Infantil com atendimento integral, alcançando em torno de 827 (oitocentos e vinte e sete) crianças com idade até 05 (cinco) anos; e 02 (dois) Centros Municipais de Educação Infantil com atendimento parcial, alcançando em torno de 377 (trezentos e setenta e sete) crianças com idade até 05 (cinco) anos; e, ainda, 01 (um) Centro Municipal de Educação Infantil com atendimento integral e parcial, alcançando em torno de 37 (trinta e sete) e 45 (quarenta e cinco) crianças, respectivamente, com idade até 05 (cinco) anos de idade;

Considerando a base de dados do ano de 2015 a existência no município de 03 (três) Escolas Municipais com atendimento integral, alcançando em torno de 870 (oitocentos e setenta) crianças e adolescentes com idade entre 05 (cinco) e 13 (treze) anos; e 03 (três) Escolas Municipais com atendimento parcial, alcançando em torno de 1.121 (mil cento e vinte e uma) crianças e adolescentes com idade entre 05 (cinco) e 13 (treze) anos;

Considerando que o total de crianças de 00 (zero) a 05 (cinco) anos de idade atendidas nos Centros de Educação Infantil, integral e parcial, é de aproximadamente 1.286 (mil duzentos e oitenta e seis);

Considerando que o total de crianças e adolescentes de 05 (cinco) a 13 (treze) anos de idade atendidos nas Escolas Municipais, integral e parcial, é de aproximadamente 1.991 (mil novecentos e noventa e um);

Considerando que o número de adolescentes de 10 (onze) a 18 (dezoito) anos de idade matriculados nas Escolas Estaduais no município atingem o montante aproximado de 4.002 (quatro mil e dois);

Considerando que o número de crianças e adolescentes matriculados nas Escolas Particulares de Ensino Fundamental e Médio no município atinge o montante aproximado de 1.027 (mil e vinte e sete);



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI

Secretaria Municipal de Assistência Social

Considerando o resultado da Audiência Pública realizada em 22 de setembro de 2015 com o tema “Família e Sociedade no Enfrentamento às Drogas”, conforme edital nº 08/2015 do Ministério Público do Estado do Paraná que aponta a necessidade de: “ 4 - realização de trabalhos multidisciplinares com alunos indisciplinados e usuários de drogas, por profissionais e acadêmicos de vários setores”; “15 – A atuação em conjunto de todos os setores da sociedade para ações sociais de prevenção e recuperação”; “17 – A realização de parcerias com ONG’s que prestam serviços na comunidade local”; “20 – A criação de projetos de capacitação profissional para adolescentes e seus pais”;

Considerando os relatórios de atividades mensais entregues pelas organizações da sociedade civil no ano de 2017; e

Considerando que a necessidade é ampla, mas os recursos são finitos,

O MUNICÍPIO DE MANDAGUARI, por meio da SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SMAS, torna público o presente **EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA SELEÇÃO DE PROPOSTA DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL VISANDO A CELEBRAÇÃO DE PARCERIA VOLUNTÁRIA, EM REGIME DE MÚTUA COOPERAÇÃO, COM TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS FINANCEIROS**, para realizar ações previstas na Política de Assistência Social, no âmbito da Proteção Social Básica, de acordo com a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais – Resolução 109/2009-CNAS e com o Plano Municipal de Assistência Social - PMAS referente ao **SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES – PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA, REFERENCIADO AO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS**, de acordo com as seguintes cláusulas e condições:

1 – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

INFORMAÇÕES ESSENCIAIS

DATA DE RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até o dia 13/09/2017

ENDEREÇOS E CONTATOS:

➤ **CONTATO PARA CONSULTAS:**

Fone: (44) 3233-3630/3233-2171. Horário de expediente: das 7h30 às 11h30 e das 13h às 17h.

➤ **RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:**

Secretaria Municipal de Assistência Social, Rua Manoel Antunes Pereira, 235 – Centro – Mandaguari/PR

ANEXOS INTEGRANTES DO PRESENTE EDITAL:

Integram este Edital, como se nele estivessem transcritos, os anexos abaixo relacionados, dispostos na seguinte ordem:

- I - Modelo do Plano de Trabalho a ser apresentado;
- II - Relação de documentos obrigatórios para a Habilitação;
- III - Relação de documentos para a celebração da Parceria;
- IV – Cronograma;
- V - Modelo de Declaração de Responsabilidade;
- VI – Modelo de Declaração de Capacidade Técnica e Operacional;
- VII – Modelo de Relação de Dirigentes;
- VIII - Modelo de Declaração de abertura de conta corrente específica;
- IX – Modelo de Declaração de Adimplência com o Poder Público;
- X – Relação de documentos para prestação de contas mensal;
- XI – Modelo de Relatório Mensal de atividades;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI

Secretaria Municipal de Assistência Social

- XII – Minuta do termo de colaboração;
- XIII – Modelo de Recibo;
- XIV – Modelo de Declaração de que a organização não deve prestações de contas a quaisquer órgãos ou entidades;
- XV – Modelo de Declaração que não emprega menor, conforme disposto no art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal de 1988;
- XVI - Modelo de Declaração de que não incorrem em qualquer vedação do Decreto Municipal;
- XVII – Modelo de Declaração;
- XVIII – Modelo de Declaração recebimento, aplicação e prestação de contas dos recursos;

1.1. O presente PROCESSO DE CHAMAMENTO PÚBLICO e a adjudicação dele decorrente se regem por toda a legislação aplicável à espécie, especialmente pelas normas da Constituição Federal de 1988; pela Lei n.º 8.069/1990 (ECA); pela Lei Federal n.º 12.594/2012; pela Lei Federal n.º 12.435, de 06.07.2011; Decreto Municipal n 286/2017; pela Resolução n.º 109, de 11.11.2009 – CNAS; pela Resolução n.º 74, de 13.09.2001 – CONANDA; pela Lei n.º 12.852, de 05.08.2013 (Estatuto da Juventude); pela Resolução n.º 13, de 13.05.2014 – CNAS; pela Resolução n.º 17, de 20 de julho de 2011, Resolução n.º 9, de 15 de abril de 2014 ambas do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS; pela Resolução n.º 28/2011, de 06.10.2011 – TCE/PR; pela Resolução n.º 46, de 12.06.2014 – TCE/PR; pela Instrução Normativa n.º 61, de 01.12.2011 – TCE/PR; pela Lei Orgânica Municipal; pela Lei n.º 13.019/2014; pelo Documento intitulado Perguntas Frequentes – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário – MDSA e demais disposições legais aplicáveis, bem como as constantes deste Edital, normas que as instituições participantes declaram conhecer e a elas se sujeitam incondicional e irrestritamente.

1.2. As retificações do Edital, por iniciativa oficial ou provocada por eventuais impugnações, serão acatadas por todas as instituições participantes e serão divulgadas pela mesma forma que se deu publicidade ao presente Edital, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a modificação não alterar a formulação das propostas.

1.3. O Processo Seletivo a que se refere este Edital poderá ser adiado, revogado por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulado, sem que caiba às instituições participantes qualquer direito à reclamação ou indenização por estes motivos, de acordo com o Decreto Municipal n.º 286/2017.

1.4. Este Edital e seus Anexos serão disponibilizados no sítio <http://www.mandaguari.pr.gov.br/>, bem como na sede da Secretaria Municipal de Assistência Social - SMAS, Rua Manoel Antunes Pereira, n.º 235, Centro, Mandaguari, Paraná, devendo os interessados comparecer munidos de cd rom ou pen drive para gravação dos arquivos.

1.5. Os interessados em participar do presente Chamamento Público poderão solicitar esclarecimentos diretamente à Secretaria Municipal de Assistência Social - SMAS no que tange aos requisitos de participação. Após decorrido o prazo de publicação deste edital não serão mais aceitos quaisquer questionamentos. Também não serão aceitos recursos quanto à projetos desclassificados ou sobre falta de documentação, além dos prazos previstos neste edital para tal fim.

1.6. A classificação do projeto não implica em direito à formalização do Termo de Colaboração, sendo de total liberalidade da Secretaria Municipal de Assistência Social, diante da conveniência e oportunidade da administração municipal.

1.7. O presente Chamamento Público visa selecionar Organização da Sociedade Civil apta a execução de seu objeto, com fulcro nos princípios da isonomia, moralidade, eficiência, publicidade, transparência e julgamento objetivo.

2. TIPO DE PARCERIA A SER CELEBRADA: Termo de Colaboração, em regime de mútua cooperação, com transferência de recursos públicos.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI

Secretaria Municipal de Assistência Social

3. OBJETO DA PARCERIA: Chamamento Público para a recepção e seleção de propostas técnicas de Organizações da Sociedade Civil, para prestação de serviço complementar na área da Política de Assistência Social, visando o estabelecimento de parceria voluntária, em regime de mútua cooperação, para o **SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES – PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA**, a ser co-financiado no exercício de 2018, nas Modalidades:

Modalidade I: 0 a 6 anos

Modalidade II: 6 a 15 anos

Modalidade III: 15 a 17 anos

4. DO SERVIÇO:

4.1. Tipo de Serviço: Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

4.2. Descrição: O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV é um serviço realizado em grupos, organizado a partir de percursos, de modo a garantir aquisições progressivas aos seus usuários, de acordo com seu ciclo de vida. Sendo que, deverão ter suas atividades planejadas considerando um determinado período de tempo, ou seja, o planejamento das atividades que serão executadas junto aos grupos deve prever início, meio e fim para sua execução, conforme objetivos e estratégias de ação pré-estabelecidas.

4.3. Quantidade de Serviços a serem pactuados:

Modalidade I, II, III: 02

4.4. Vagas.

4.4.1. Modalidade I:

Até 06 anos (crianças): 20 vagas

4.4.2. Modalidade II: 340 vagas

4.4.3. Modalidade III: 54 vagas

4.5. Abrangência Territorial – Mandaguari.

4.5.1. As organizações da sociedade civil que atendem crianças e adolescentes deverão apresentar propostas de atividades para todos os bairros.

4.6. Bem imóvel – Locado, cedido e/ou de propriedade da organização.

4.7. Valor máximo de repasse anual para as conveniadas: R\$ 270.955,20

4.7.1 O valor percapta mensal para cada usuário será de R\$54,54 (cinquenta e quatro reais e cinquenta e quatro centavos)

4.7.1.1. Modalidade I: R\$ 13.089,60 (valor anual)

4.7.1.2. Modalidade II: R\$ 222.523,20 (valor anual)

4.7.1.3. Modalidade III: R\$ 35.341,92 (valor anual)

4.7.2. Na existência de vários proponentes o valor máximo anual de R\$ 322.003,20 será rateado entre os mesmos, conforme aprovação da comissão.

4.8. Usuários: Crianças até 06 anos; Gestantes; Crianças e Adolescentes de 6 a 15 anos; Adolescentes de 15 a 17 anos, prioritariamente, aqueles pertencentes ao público descrito no item 4.13 deste edital.

4.8.1. Não poderão ser atendidas crianças que estejam matriculadas no período integral e/ou creches e/ou outros serviços, programas e projetos desenvolvidos em período integral, evitando-se desta forma, duplo atendimento e co-financiamento de ações municipais.

4.8.2. As entidades deverão se atentar para o fato de que não poderá acontecer duplo atendimento, ou seja, o mesmo público ser atendido por outras entidades que ofereçam o mesmo serviço, levando em consideração sobre a necessidade de atingir o maior número possível de usuários, garantindo acesso universal.

4.8.3. Não haverá impedimentos para que os usuários do SCFV participem de mais de um serviço, desde que, este atendimento seja complementar ao trabalho social realizado pelo Serviço de Proteção e Atendimento Integral à



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI

Secretaria Municipal de Assistência Social

Família – PAIF e pelo Serviço de Proteção e Atendimento Especializado à Famílias e Indivíduos – PAEFI, executados pelo CRAS e CREAS, respectivamente.

4.9. Objetivo Geral: Serviço realizado em grupos, organizado a partir de percursos, de modo a garantir aquisições progressivas aos seus usuários, de acordo com o seu ciclo de vida, a fim de complementar o trabalho social com famílias e prevenir a ocorrência de situações de risco social. Forma de intervenção social planejada que cria situações desafiadoras, estimula e orienta os usuários na construção e reconstrução de suas histórias e vivências individuais e coletivas, na família e no território.

Organiza-se de modo a ampliar trocas culturais e de vivências, desenvolver o sentimento de pertença e de identidade, fortalecer vínculos familiares e incentivar a socialização e a convivência comunitária. Possui caráter preventivo e proativo, pautado na defesa e afirmação dos direitos e no desenvolvimento de capacidades e potencialidades, com vistas ao alcance de alternativas emancipatórias para o enfrentamento da vulnerabilidade social.

4.10. Objetivos Específicos: Assegurar espaços de convívio familiar e comunitário e o desenvolvimento de relações de afetividade e sociabilidade; Valorizar a cultura de famílias e comunidades locais pelo resgate de suas culturas e a promoção de vivências lúdicas; Desenvolver o sentimento de pertença e de identidade; Promover a socialização e convivência.

4.11. Provisões:

4.11.1 Ambiente Físico: Sala(s) de atendimento individualizado, sala(s) de atividades coletivas e comunitárias e instalações sanitárias, com adequada iluminação, ventilação, conservação, privacidade, salubridade, limpeza e acessibilidade em todos seus ambientes de acordo com as normas da ABNT. O ambiente físico ainda poderá possuir outras características de acordo com a regulação específica do serviço.

4.11.2 Recursos Materiais: Materiais permanentes e de consumo necessários ao desenvolvimento do serviço, tais como: mobiliário, computadores, entre outros.

4.11.3. Materiais Socioeducativos: artigos pedagógicos, culturais e esportivos; banco de dados de usuários (as) de benefícios e serviços socioassistenciais; banco de dados dos serviços socioassistenciais; Cadastro Único dos Programas Sociais; Cadastro de Beneficiários do BPC.

4.11.4. Recursos Humanos:

Conforme Norma Operacional Básica – NOB – RH/ SUAS, Resolução nº 17, de 20 de julho de 2011 do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS ou normativos legais afins.

4.11.5. Trabalho Social Essencial ao serviço: Acolhida; estudo social; visita domiciliar; orientação e encaminhamentos; grupos de famílias; acompanhamento familiar; atividades comunitárias; campanhas socioeducativas; informação, comunicação e defesa de direitos; promoção ao acesso à documentação pessoal; mobilização e fortalecimento de redes sociais de apoio; desenvolvimento do convívio familiar e comunitário; mobilização para a cidadania; conhecimento do território; cadastramento socioeconômico; elaboração de relatórios e/ou prontuários; notificação da ocorrência de situações de vulnerabilidade e risco social; busca ativa; realização de oficinas que preparem o adolescente para o mercado de trabalho; atendimento individual e em grupos; Identificação e encaminhamento da família atendida para o Cadastro Único para Programas Federais – CADÚNICO; Formação cidadã, além do desenvolvimento de oficinas.

4.11.5.1. Eixos que orientam a organização do SCFV:

4.11.5.1.1. Eixo “convivência social” – Eixo principal traduz a essência dos serviços de Proteção Social Básica e volta-se ao fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. As ações e atividades inspiradas nesse eixo devem estimular o convívio social e familiar, aspectos relacionados ao sentimento de pertença, à formação da identidade, à construção de processos de sociabilidade, aos laços sociais, às relações de cidadania, etc. São sete os subeixos relacionados ao eixo convivência social, denominados capacidades sociais: capacidade de demonstrar emoção e ter autocontrole; capacidade demonstrar cortesia; capacidade de comunicar-se; capacidade de desenvolver novas relações sociais; capacidade de encontrar soluções para os conflitos do grupo; capacidade de realizar tarefas em grupo; capacidade de promover e participar da convivência social em família, grupos e território.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI

Secretaria Municipal de Assistência Social

4.11.5.1.2. Eixo “direito de ser” – O eixo “direito de ser” estimula o exercício da infância e da adolescência, de forma que as atividades do SCFV devem promover experiências que potencializem a vivência desses ciclos etários em toda a sua pluralidade. Tem como subeixos: direito a aprender e experimentar; direito de brincar; direito de ser protagonista; direito de adolecer; direito de ter direitos e deveres; direito de pertencer; direito de ser diverso; direito à comunicação.

4.11.5.1.3. Eixo “participação” – Tem como foco estimular, mediante a oferta de atividades planejadas, a participação dos usuários nas diversas esferas da vida pública, a começar pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, passando pela família, comunidade e escola, tendo em mente o seu desenvolvimento como sujeito de direitos e cidadão. O eixo “participação” tem com subeixo: participação no serviço; participação no território; participação como cidadão.

4.11.5.2. Sugestões de temas a serem abordados para subsidiar as ações do SCFV: considerando os eixos do SCFV, os temas a serem abordados devem possibilitar a discussão e a reflexão sobre questões presentes no município, na realidade sociocultural e na vivência individual, social e familiar dos participantes, para que compreendam a sua realidade e dela participem de forma protagonista. Os temas fundamentais as atividades que serão realizadas no serviço, de maneira a contemplar os seus objetivos e possibilitar o alcance dos resultados esperados. Temas transversais sugeridos: deficiência; cultura; esporte; cultura de paz; violações de direitos; trabalho infantil; exploração sexual infanto-juvenil; violências contra crianças e adolescentes; homicídios; igualdade de gênero; identidade de gênero e diversidade sexual; diversidade étnico – racial; auto-cuidado e auto-responsabilidade na vida diária; direitos sexuais e reprodutivos; uso e abuso de álcool e outras drogas; cuidado e proteção ao meio ambiente; entre outros.

4.12. Articulação em rede:

4.12.1 Serviços socioassistenciais de Proteção Social Básica e Proteção Social Especial;

4.12.2 Serviços das Políticas Públicas setoriais;

4.12.3 Sociedade Civil organizada;

4.12.4 Programas e projetos de preparação para o trabalho e de inclusão produtiva;

4.12.5 Órgãos do Sistema de Garantia de Direitos;

4.12.6 Serviços, programas e projetos de instituições não governamentais e comunitárias.

4.13. Condições de acesso: Famílias referenciadas aos CRAS, em especial: famílias em processo de reconstrução de autonomia; famílias em processo de reconstrução de vínculos; famílias com crianças, adolescentes, jovens e idosos inseridos em serviços socioassistenciais, territorialmente referenciadas ao CRAS; famílias com beneficiários do Benefício de Prestação Continuada - BPC; famílias inseridas em programas de transferência de renda.

4.13.1. Considera-se **público prioritário** para a meta de inclusão no SCFV crianças e, ou adolescentes e, ou pessoas idosas nas seguintes situações: Em situação de isolamento; Trabalho infantil; Vivência de violência e, ou negligência; Fora da escola ou com defasagem escolar superior a 02 (dois) anos; Em situação de acolhimento; Em cumprimento de Medida Socioeducativa - MSE em meio aberto; Egressos de medidas socioeducativas; Situação de abuso e/ou exploração sexual; Com medidas de proteção do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA; Crianças e adolescentes em situação de rua; Vulnerabilidade que diz respeito às pessoas com deficiência;

4.13.2. A organização da sociedade civil deve atentar ao disposto no artigo 7º da Resolução da Comissão Intergestores Tripartite - CIT nº 7, de 10 de setembro de 2009, que institui o Protocolo de Gestão Integrada de Serviços, Benefícios e Transferências de Renda no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS: (...) Que as entidades prestadoras de serviços socioassistenciais destinem ao menos 60% de sua capacidade de atendimento aos usuários encaminhados pelo CRAS (...).

4.14. Formas de Acesso:

- Por procura espontânea;
- Por busca ativa;
- Por encaminhamento da rede socioassistencial;
- Por encaminhamento das demais políticas públicas.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI

Secretaria Municipal de Assistência Social

4.15. Impacto social esperado:

Contribuir para:

- Redução da ocorrência de situações de vulnerabilidade social no município de Mandaguari;
- Prevenção da ocorrência de riscos sociais, seu agravamento ou reincidência no município de Mandaguari;
- Aumento de acessos a serviços socioassistenciais e setoriais;
- Melhoria da qualidade de vida das famílias residentes no município de Mandaguari.

Modalidade I

Tipo de Serviço: Serviços de convivência e fortalecimento de vínculos para crianças na faixa etária de 0 a 6 anos.

Usuários: Crianças até 06 anos, gestantes e seus familiares, em especial:

- Crianças com deficiência, com prioridade para as beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada - BPC;
- Crianças cujas famílias são beneficiárias de programas de transferência de renda;
- Crianças encaminhadas pelos serviços da proteção social especial: Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos; reconduzidas ao convívio familiar após medida protetiva de acolhimento; e outros;
- Crianças residentes em territórios com ausência ou precariedade na oferta de serviços e oportunidades de convívio familiar e comunitário;
- Crianças que vivenciam situações de fragilização de vínculos.

Objetivo: Tem por foco o desenvolvimento de atividades com crianças, familiares e comunidade, para fortalecer vínculos e prevenir ocorrência de situações de exclusão social e de risco, em especial a violência doméstica e o trabalho infantil, sendo um serviço complementar e diretamente articulado ao Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF.

Caracterização do serviço: Atender crianças de 0 a 6 anos, gestantes, familiares e comunidade, para fortalecer vínculos e prevenir ocorrência de situações de exclusão social e de risco, em especial a violência doméstica e o trabalho infantil, desenvolvendo atividades de convivência, estabelecimento e fortalecimento de vínculos e socialização centrados na brincadeira, com foco na garantia das seguranças de acolhida e convívio familiar e comunitário, por meio de experiências lúdicas, acesso a brinquedos favorecedores do desenvolvimento e da sociabilidade e momentos de brincadeiras fortalecedoras do convívio com familiares. Com as famílias, o serviço busca estabelecer discussões reflexivas, atividades direcionadas ao fortalecimento de vínculos e orientação sobre o cuidado com a criança pequena. Com famílias de crianças com deficiência inclui ações que envolvem grupos e organizações comunitárias para troca de informações acerca de direitos da pessoa com deficiência, potenciais das crianças, importância e possibilidades de ações inclusivas.

Atividades que podem ser desenvolvidas com os usuários: entre as atividades possíveis, sugere-se: brincadeiras tradicionais, como cirandas; teatro com fantoches; montagem de musicais; contação de histórias; oficinas de arte com materiais recicláveis; oficinas de massagem; passeios e visitas a equipamentos de cultura, lazer e cívicos; oficinas de pintura e escultura; entre outras.

Observação: *ressaltamos que as atividades são estratégias de atuação e não a finalidade do SCFV.*

Impacto Social Esperado:

Contribuir para:

- Redução para ocorrência de situações de vulnerabilidade social;
- Prevenção da ocorrência de riscos sociais, seu agravamento ou reincidência;
- Aumento de acessos a serviços socioassistenciais e setoriais;
- Ampliação do acesso aos direitos socioassistenciais;
- Melhoria da qualidade de vida dos usuários e suas famílias.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI

Secretaria Municipal de Assistência Social

Período de funcionamento: Atividades em dias úteis, feriados ou finais de semana, com frequência seqüenciada ou intercalada, de acordo com o planejamento prévio, em turnos de até 1,5 diárias.

Modalidade II

Tipo de Serviço: Serviços de convivência e fortalecimento de vínculos para crianças e adolescentes na faixa etária de 6 a 15 anos.

Usuários: Crianças e adolescentes de 6 a 15 anos, em especial:

- Encaminhados pelos serviços da proteção social especial: Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos - PAEFI; reconduzidas ao convívio familiar após medida protetiva de acolhimento; e outros;
- Crianças e adolescentes com deficiência, com prioridade para as beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada - BPC;
- Crianças e adolescentes cujas famílias são beneficiárias de programas de transferência de renda;
- Crianças e adolescentes de famílias com precário acesso a renda e a serviços públicos e com dificuldades para manter.

Objetivo: Contribuir para a prevenção e/ou proteção às situações de vulnerabilidade e/ou risco social de crianças e adolescentes de 06 a 15 anos e suas famílias, propiciando o desenvolvimento integral e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários;

Caracterização do serviço: Atendimento continuado e sistemático a crianças e adolescentes de 06 a 15 anos, com metodologia pautada na educação não formal pautadas em experiências lúdicas, esportivas, culturais, artísticas e recreativas como formas de expressão, interação, aprendizagem, sociabilidade e proteção social considerando os interesses, demandas, necessidades e as especificidades das faixas etárias. Oferta de oficinas disciplinares em preparação para o mercado de trabalho.

Atividades que podem ser desenvolvidas com os usuários: entre as atividades possíveis, sugere-se: sessões de cinema, com mote para a reflexão e debate dos temas abordados nos encontros do serviço; montagem de peças teatrais e musicais; gincanas desportivas e culturais; brincadeiras tradicionais e dinâmicas de grupo; passeios e visitas a equipamentos de cultura, lazer e cívicos; oficinas de arte com materiais recicláveis; oficinas de pintura e escultura; confecção artesanal de instrumentos musicais; oficinas de música; oficinas de danças populares; jogos de tabuleiro; oficinas de produção de texto; entre outras.

Observação: *ressaltamos que as atividades são estratégias de atuação e não a finalidade do SCFV.*

Impacto Social Esperado:

Contribuir para:

- Redução para ocorrência de situações de vulnerabilidade social;
- Prevenção da ocorrência de riscos sociais, seu agravamento ou reincidência;
- Aumento de acessos a serviços socioassistenciais e setoriais;
- Ampliação do acesso aos direitos socioassistenciais;
- Melhoria da qualidade de vida dos usuários e suas famílias.

Período de funcionamento: Atividades em dias úteis, feriados ou finais de semana, em turnos diários de até 4 (quatro) horas.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI

Secretaria Municipal de Assistência Social

Modalidade III

Tipo de Serviço: Serviços de convivência e fortalecimento de vínculos para adolescentes na faixa etária de 15 a 17 anos

Usuários: Adolescentes de 15 a 18 anos, em especial:

- Adolescentes pertencentes às famílias beneficiárias de programas de transferência de renda;
- Adolescentes egressos de medida socioeducativa de internação ou em cumprimento de outras medidas socioeducativas em meio aberto, conforme disposto na Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente;
- Adolescentes em cumprimento ou egressos de medida de proteção, conforme disposto na Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990;
- Adolescentes egressos ou vinculados a programas de combate à violência e ao abuso e à exploração sexual;
- Adolescentes de famílias com perfil de renda de programas de transferência de renda;
- Adolescentes com deficiência, em especial beneficiários do Benefício de Prestação Continuada - BPC;
- Adolescentes fora da escola.

Objetivo: Complementar as ações da família, e comunidade na proteção e desenvolvimento de crianças e adolescentes e no fortalecimento dos vínculos familiares e sociais; - Assegurar espaços de referência para o convívio grupal, comunitário e social e o desenvolvimento de relações de afetividade, solidariedade e respeito mútuo; - Possibilitar a ampliação do universo informacional, artístico e cultural dos jovens, bem como estimular o desenvolvimento de potencialidades, habilidades, talentos e propiciar sua formação cidadã; - Propiciar vivências para o alcance de autonomia e protagonismo social; - Estimular a participação na vida pública do território e desenvolver competências para a compreensão crítica da realidade social e do mundo contemporâneo; - Possibilitar o reconhecimento do trabalho e da educação como direito de cidadania e desenvolver conhecimentos sobre o mundo do trabalho e competências específicas básicas; Contribuir para a inserção, reinserção e permanência do jovem no sistema educacional.

Caracterização do serviço: As atividades devem abordar questões relevantes sobre juventude, contribuindo para a construção de novos conhecimentos e formação de atitudes e valores que reflitam no desenvolvimento integral do adolescente. Oferta de oficinas disciplinares em preparação para o mercado de trabalho

Atividades que podem ser desenvolvidas com os usuários: entre as atividades possíveis, sugere-se: oficinas de produção de texto; oficinas musicais e de confecção artesanal de instrumentos; passeios e visitas a equipamentos de cultura, lazer e cívicos; oficinas de danças populares; sessões de cinema, com mote para a reflexão e debate dos temas abordados nos encontros do serviço; oficinas de teatro; oficinas de cinema; oficinas de projetos sociais; oficinas de arte com materiais recicláveis; oficinas de pintura e escultura; oficinas de artes plásticas; oficinas de educação ambiental; oficinas vocacionais; entre outras.

Observação: *ressaltamos que as atividades são estratégias de atuação e não a finalidade do SCFV.*

Impacto Social Esperado:

Contribuir para:

- Aumento no número de adolescentes que conheçam as instâncias de denúncia e recursos em casos de violação de seus direitos;
- Aumento no número de adolescentes autônomos e participantes na vida familiar e comunitária, com plena informação sobre seus direitos e deveres;
- Junto a outras políticas públicas, reduzir índices de: violência entre os jovens; uso/abuso de drogas; doenças sexualmente transmissíveis e gravidez precoce.

Período de funcionamento: Atividades em dias úteis, feriados ou finais de semana, em turnos de até 3 (três) horas.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI

Secretaria Municipal de Assistência Social

4.16. Indicadores de avaliação de resultados (qualitativos e quantitativos):

- Quantidade de usuários que pertencem ao público prioritário da assistência social;
- Quantidade de usuários inseridos no serviço por meio de busca ativa, procura espontânea e encaminhados pela rede socioassistencial;
- Coleta, tabulação e arquivamento de cadastros dos usuários para posterior avaliação e monitoramento dos órgãos competentes;
- Inserção e utilização contínua do sistema informatizado disponibilizado pela Secretaria Municipal de Assistência Social de Mandaguari – SMAS;
- Realização de atividades grupais com os adolescentes, bem como suas famílias, no sentido de orientá-los sobre os seguintes temas: drogas lícitas e ilícitas, controle social (Conferências Municipais, Conselhos de política pública e de direitos, audiências públicas, entre outros), Política Municipal de Assistência Social (Serviços, Programas, Projetos e Benefícios Socioassistenciais) e avaliação e monitoramento da entidade pelos usuários;
- Apresentação de resultados sobre avaliação e monitoramento do serviço prestado respondido pelos usuários e pela equipe técnica;

5. CONSTITUIÇÃO DA COMISSÃO E DEMAIS TRÂMITES

5.1. A abertura, análise e avaliação das propostas apresentadas serão realizadas por Comissão de Seleção de Chamamento Público, composta por servidores públicos, em no mínimo de 2/3 de seus membros de servidores efetivos integrantes do quadro de pessoal da administração pública municipal, instituídos por meio do Decreto nº 241/2017 de 30 de Junho de 2017.

5.2 - A Comissão de Seleção deverá avaliar o grau de adequação da proposta aos objetivos específicos da parceria que se visa celebrar e ao valor de referência constante deste Chamamento Público.

5.3 - A Comissão de Seleção analisará os Planos de Trabalho e emitirá parecer direcionado a Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS.

6. DA DOCUMENTAÇÃO.

6.1. A documentação necessária à HABILITAÇÃO (anexo II), bem como, as propostas (Plano de Trabalho na forma do Anexo I) deverão ser apresentados em envelope, nas datas e horários previstos no item I – Das Disposições Preliminares deste Edital.

6.2. O envelope deverá estar identificado no seu exterior, com os seguintes dizeres:

RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE

EDITAL: CH/SMAS- nº 05/2017

OBJETO: Chamamento Público para a recepção e seleção de propostas técnicas de Organizações da Sociedade Civil, para prestação de serviço complementar na área da Política de Assistência Social, visando o estabelecimento de parceria voluntária, em regime de mútua cooperação, para execução de **SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES – PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA**, a ser co-financiado no exercício de 2018.

6.3. O Envelope deverá ser entregue pela Organização proponente, no prazo estabelecido neste edital, diretamente na sede da Secretaria Municipal de Assistência Social.

6.4. Não serão aceitas propostas submetidas por qualquer outro meio ou propostas protocoladas fora do prazo estabelecido neste edital.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI

Secretaria Municipal de Assistência Social

6.5. Após a abertura das propostas pela Comissão de Seleção não será permitida a inclusão de qualquer outro documento.

7. DO PROCEDIMENTO PARA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS.

7.1 – Serão escolhidas apenas **02** (duas) OSC's para prestarem o serviço objeto do presente Chamamento Público, sendo vencedoras as entidades que obtiverem melhor classificação perante aos critérios previstos neste Edital.

7.2 - A seleção das propostas será analisada pela Comissão de Seleção em três fases:

I – HABILITAÇÃO - análise das condições de habilitação das organizações proponentes para participação no presente chamamento público, em conformidade com o art. 24 do Decreto Municipal n.º 286/2017 e anexo II.

II – AVALIAÇÃO - avaliação das propostas das organizações proponentes, visando verificar se a proposta técnica (Plano de Trabalho – anexo I) atende ao objeto do presente chamamento.

III – APROVAÇÃO – pela Comissão de Análise e Seleção do Chamamento Público e, posteriormente pelo Conselho Municipal de Assistência Social;

7.3 – DA HABILITAÇÃO, AVALIAÇÃO E APROVAÇÃO - A Comissão de Seleção designada examinará os documentos exigidos para habilitação (anexo II) e as propostas de Plano de Trabalho apresentadas, no termos dos artigos 30, 31, 32 e 33 do Decreto Municipal n.º 286/2017.

7.3.1 – A Comissão de Seleção procederá a análise dos documentos e dos Planos de Trabalhos apresentados frente aos requisitos exigidos no item 8 deste edital e emitirá parecer sobre as propostas apresentadas, encaminhando a Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS.

7.3.2 - A Comissão de Seleção poderá solicitar alterações no Plano de Trabalho, bem como entrega de novos documentos para adequação aos objetivos do edital.

7.3.3– Serão inabilitadas as entidades cuja documentação não satisfizer às exigências deste Chamamento Público.

7.3.4 – As propostas apresentadas serão disponibilizadas no site oficial do município para fins de ciência e ampla publicidade de todo e qualquer cidadão/interessado no presente certame.

7.5 – HIPOTÊSES DE DESCLASSIFICAÇÃO:

7.5.1 – Serão desclassificadas/desconsideradas as propostas que:

I – não apresentarem todos os documentos básicos listados neste edital, com datas atuais;

II – que estiverem com pendências relativas à prestação de contas ou com contas reprovadas em quaisquer termos celebrados anteriormente com o município de Mandaguari;

III – tenham em suas relações anteriores com o município de Mandaguari incorrido em:

- a) Omissão no dever de prestar contas;
- b) Descumprimento injustificado do objeto do Termo de Colaboração;
- c) Desvio de finalidade na aplicação dos recursos transferidos;
- d) Ocorrência de dano ao erário;
- e) Prática de outros atos ilícitos na execução do Termo de Colaboração;
- f) Não atendam os itens deste Edital e seus anexos.

7.5.2 – Após a reavaliação dos Planos de Trabalho pela Comissão de Seleção, de acordo com os critérios definidos neste edital será publicado o resultado final do processo no periódico oficial do município e afixado na sede da Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS e convocada às entidades para entrega dos documentos constantes no anexo III, para posterior celebração do Termo de Colaboração.

7.5 – DAS VEDAÇÕES:

7.5.1 - Ficará impedida de celebrar a parceria prevista neste edital a organização da sociedade civil que:

I - não esteja regularmente constituída ou, se estrangeira, não esteja autorizada a funcionar no território nacional;

II - esteja omissa no dever de prestar contas de parceria anteriormente celebrada;

III - tenha como dirigente membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública da mesma esfera governamental na qual será celebrado o termo de colaboração ou de fomento, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau;

IV - tenha tido as contas rejeitadas pela administração pública nos últimos cinco anos, exceto se:

- a) for sanada a irregularidade que motivou a rejeição e quitados os débitos eventualmente imputados;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI

Secretaria Municipal de Assistência Social

- b) for reconsiderada ou revista a decisão pela rejeição;
- c) a apreciação das contas estiver pendente de decisão sobre recurso com efeito suspensivo;
- V - tenha sido punida com uma das seguintes sanções, pelo período que durar a penalidade:
- a) advertência prevista no inciso I do art. 73 da Lei 13.019/2014;
- b) suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parcerias por prazo não superior a 02 anos nos termos do inciso II do art. 73 da Lei 13.019/2014;
- c) declaração de inidoneidade para participar de chamamento público e impedimento de celebrar parcerias enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade que será concedida sempre que a OSC ressarcir a administração pública dos prejuízos e, após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II do art. 73 da Lei 13.019/2014;
- VI - tenha tido contas de parceria julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos;
- VII - tenha entre seus dirigentes pessoa:
- a) cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos;
- b) julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação;
- c) considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 12 da Lei no 8.429, de 2 de junho de 1992.
- § 1º Nas hipóteses deste artigo, é igualmente vedada a transferência de novos recursos no âmbito de parcerias em execução, excetuando-se os casos de serviços essenciais que não podem ser adiados sob pena de prejuízo ao erário ou à população, desde que precedida de expressa e fundamentada autorização do dirigente máximo do órgão ou entidade da administração pública, sob pena de responsabilidade solidária.
- § 2º Em qualquer das hipóteses previstas no caput, persiste o impedimento para celebrar parceria enquanto não houver o ressarcimento do dano ao erário, pelo qual seja responsável a organização da sociedade civil ou seu dirigente.
- § 3º Não serão considerados débitos que decorram de atrasos na liberação de repasses pela administração pública ou que tenham sido objeto de parcelamento, se a organização da sociedade civil estiver em situação regular no parcelamento.
- § 4º A vedação prevista no inciso III do Art. 21 do Decreto n.º 286/2017 não se aplica à celebração de parcerias com entidades que, pela sua própria natureza, sejam constituídas pelas autoridades referidas naquele inciso, sendo vedado que a mesma pessoa figure no termo de colaboração, no termo de fomento ou no acordo de cooperação simultaneamente como dirigente e administrador público.
- § 5º Não são considerados membros de Poder os integrantes de conselhos de direitos e de políticas públicas.

8. DO PLANO DE TRABALHO:

8.1. As propostas deverão ser apresentadas de acordo com o Modelo de Plano de Trabalho e Aplicação (Anexo I), estando todas as suas páginas numeradas, rubricadas e a última, assinada pelo representante legal da entidade, observando todas as orientações deste edital.

8.2. As organizações proponentes devem evidenciar no Plano de Trabalho as seguintes informações:

I- Descrição da realidade que será objeto da parceria, devendo ser demonstrado nexos entre essa realidade e as atividades ou projetos e metas a serem atingidas;

II – descrição de metas a serem atingidas e de atividades ou projetos a serem executadas;

III – a previsão de receitas e de despesas a serem realizadas na execução das atividades ou dos projetos abrangidos pela parceria;

IV – forma de execução das atividades ou dos projetos e de cumprimento das metas a eles atreladas;

V- definição dos parâmetros a serem utilizados para a aferição do cumprimento das metas;

8.3 - Após aprovação e assinatura do Termo de Colaboração, a organização da sociedade civil poderá solicitar alterações no Plano de Trabalho, referente as atividades e utilização dos recursos financeiros, no entanto, as mesmas



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI

Secretaria Municipal de Assistência Social

deverão ser aprovadas pela Secretaria Municipal de Assistência Social - SMAS, posteriormente pelo Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, nos termos do artigo 27 do Decreto Municipal n.º 286/2017.

8.4 – A estimativa de aplicação financeira deverá constar no Plano de Trabalho para posterior utilização do recurso.

9- PRAZO DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO DA PARCERIA VOLUNTÁRIA:

9.1 - A Parceria Voluntária a ser firmada com as organizações da sociedade civil vencedoras do presente chamamento terão prazo de execução de 12 (doze) meses, a contar da assinatura do referido instrumento.

9.1.1. A Parceria Voluntária a ser firmada com as organizações da sociedade civil vencedoras do presente chamamento terão prazo vigência de 13 (treze) meses, a contar da assinatura do referido instrumento.

10- ORIGEM DOS RECURSOS

10.1 – As despesas decorrentes do presente Chamamento Público correrão a conta da seguinte dotação orçamentária 08.001.08.243.0020.6085 – Fundo Municipal de Assistência Social – Criança e Adolescente.

10.2 – Os recursos decorrentes da parceria serão depositados e geridos em conta bancária específica em instituição financeira pública, a ser indicada pela organização credenciada no momento da apresentação dos documentos para celebração do termo, na forma estabelecida por este Edital.

11 – DAS DESPESAS

11.1 – Os recursos repassados deverão ser utilizados observando os princípios da legalidade, da moralidade, da boa fé, da probidade, da impessoalidade, da economicidade, da eficiência, da isonomia, da publicidade, da razoabilidade e do julgamento objetivo e a busca permanente de qualidade e durabilidade.

11.2 - Poderão ser pagas com recursos vinculados à parceria, desde que aprovadas no Plano de Trabalho, as despesas com:

11.2.1 - remuneração da equipe encarregada da execução do Plano de Trabalho, inclusive de pessoal próprio da organização da sociedade civil, durante a vigência da parceria, compreendendo as despesas com pagamentos de impostos, contribuições sociais, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, férias, décimo terceiro salário, salários proporcionais, verbas rescisórias e demais encargos sociais e trabalhistas, se respeitadas a porcentagem de 60% para pagamento com vencimentos e vantagens fixas.

11.2.1.1 – nos casos de pagamento de vencimentos e vantagens fixas a OSC não poderá remunerar seus profissionais com o recurso do repasse em valor acima daquele pago pela Prefeitura Municipal de Mandaguari para cada categoria profissional.

11.2.2 – custos indiretos necessários à execução do objeto seja qual for a proporção em relação ao valor total da parceria;

11.2.3 – aquisição de equipamentos e materiais permanentes essenciais à consecução do objeto e serviços de adequação de espaço físico, desde que necessários à instalação dos referidos equipamentos e materiais.

§ 1º A inadimplência da administração pública não transfere à organização da sociedade civil a responsabilidade pelo pagamento de obrigações vinculadas à parceria com recursos próprios.

§ 2º A inadimplência da organização da sociedade civil em decorrência de atrasos na liberação de repasses relacionados à parceria não poderá acarretar restrições à liberação de parcelas subsequentes.

§ 3º O pagamento de remuneração da equipe contratada pela organização da sociedade civil com recursos da parceria não gera vínculo trabalhista com o poder público.

11.3 – Não poderão ser pagos com recursos do Termo de Colaboração despesas com:

11.3.1 – pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias;

11.3.2 - Realizar despesas em data anterior à vigência da parceria;

11.3.3 – Realizar despesas em data posterior à vigência da parceria;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI

Secretaria Municipal de Assistência Social

11.3.4 - Utilizar, ainda que em caráter emergencial, recursos para finalidade diversa da estabelecida no Plano de Trabalho;

11.3.5 – Realizar pagamento de juros, multas ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou a recolhimentos fora do prazo, com recursos da parceria, salvo se decorrentes de atrasos da administração pública na liberação de recursos financeiros;

11.3.6 – Remunerar, com recursos da parceria, cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta, colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, de agente público que exerça, na administração pública municipal, cargo de natureza especial, cargo em provimento em Comissão ou função de direção, chefia ou assessoramento;

11.3.7 – Realizar despesa em desacordo com as políticas setoriais relacionadas ao objeto da parceria, com o edital do Chamamento ou termo de referência nos casos de dispensa e inexigibilidade.

11.4 – O remanejamento de despesas somente ocorrerá mediante prévia solicitação pela organização credenciada, acompanhada da devida justificativa e aprovada pela Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS e pelo Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS.

11.5 - Toda a movimentação de recursos no âmbito da parceria será realizada mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária.

§ 1º Os pagamentos deverão ser realizados mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços.

12 - DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS:

12.1 – As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria serão liberadas em estrita conformidade com o respectivo cronograma de desembolso, exceto nos casos a seguir, nos quais ficarão retidas até o saneamento das impropriedades:

I - quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;

II - quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da organização da sociedade civil em relação a obrigações estabelecidas no termo de colaboração;

III - quando a organização da sociedade civil deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo.

12 – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

13.1 – A Organização da Sociedade Civil credenciada deverá prestar contas mensalmente, até o 10º (décimo) dia útil subsequente ao mês do recebimento da parcela, estando à liberação de novas parcelas condicionadas à entrega da prestação de contas do mês anterior.

13.1.1 - Após análise da prestação de contas, quando houver fatos apontados pelo setor responsável, os mesmos deverão ser sanados, sob pena de suspensão de repasse dos recursos financeiros até sua devida regularização.

13.1.2 – A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil credenciada deverá conter elementos que permitam ao gestor e fiscal da parceria avaliar o andamento ou concluir que seu objeto foi executado na forma pactuada, com descrição pormenorizada das atividades realizadas e comprovação do alcance das metas e resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas.

§ 1º Serão glosados valores relacionados à metas e resultados descumpridos sem justificativa suficiente.

§ 2º Os dados financeiros serão analisados com o intuito de estabelecer o nexo de causalidade entre a receita e a despesa realizada, a sua conformidade e o cumprimento das normas pertinentes.

§ 3º A análise da prestação de contas deverá considerar a verdade real e os resultados alcançados.

§ 4º A prestação de contas da parceria observará regras específicas de acordo com o montante de recursos públicos envolvidos, nos termos das disposições e procedimentos estabelecidos conforme previsto no plano de trabalho e no termo de colaboração ou de fomento.

13.1.2.1 – Serão glosados ou estornados nas prestações de contas os valores que forem aplicados em finalidades diversas das previstas no instrumento.

13.1.2.2 – Toda movimentação de recursos no âmbito da parceria celebrada será realizada mediante transferência eletrônica sujeita a identificação do beneficiário final e a obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária.

12.1.2.3 - Os pagamentos deverão ser realizados mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores dos serviços.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI

Secretaria Municipal de Assistência Social

12.1.2.4 – Os recursos recebidos em decorrência da parceria serão depositados em conta corrente específica isenta de tarifa bancária na instituição financeira pública.

12.1.2.5 – Os rendimentos de ativos financeiros serão aplicados no objeto da parceria, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

12.2 – A Secretaria Municipal de Assistência Social poderá exigir informações adicionais se houver necessidade de sanar dúvidas em relação aos comprovantes e formulários entregues para prestação de contas.

12.3 – Todas as despesas realizadas e comprovadas na prestação de contas devem relacionar-se ao objeto do Termo de Colaboração a ser celebrado e previsão no Plano de Trabalho.

12.4 – Havendo constatação de irregularidade na prestação de contas da parcela apresentada, ficarão suspensos os repasses das parcelas subseqüentes até que a irregularidade seja sanada ou o recurso restituído;

12.4.1 - Será considerado irregular, caracterizará desvio de recursos e deverá ser restituído aos cofres públicos qualquer pagamento de despesas não autorizadas no plano de trabalho, de despesas nas quais não esteja identificado o beneficiário final ou de despesas realizadas em desacordo com qualquer das condições ou restrições estabelecidas neste artigo.

12.5 – Em caso de conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos ao órgão repassador dos recursos, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias do evento, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente.

12.6 - A análise da prestação de contas deverá considerar a verdade real e os resultados alcançados.

12.6.1- Após análise da prestação de contas mensal (anexo X) o fiscal do Termo apresentará mensalmente parecer técnico à Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS, que posteriormente submeterá a aprovação do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS.

14. DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. A celebração do Termo de Colaboração decorrente deste Edital poderá ser suspensa diante de eventuais irregularidades constatada em termos de exercício anteriormente celebrado pela organização vencedora com o Poder Público Municipal, até que sejam sanadas.

14.2. Os casos omissos e imprevistos serão resolvidos pelo Gestor da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Mandaguari, 02 de agosto de 2017.

Gisele Maria Munhoz Knupp
Secretária Municipal de Assistência Social